

Câmara contra Conselho

PAOLA LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

O Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb) corre o risco de ser extinto pela Câmara Legislativa. Criado no início de 2003 para avaliar as questões ligadas ao tombamento da cidade, o conselho — formado por integrantes da sociedade civil e do governo — tem função meramente consultiva. Mesmo assim enfrenta a oposição de parte dos deputados distritais. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou um projeto de lei, determinando a extinção do Conpresb.

O projeto de lei 1.058, de 2004, propõe a revogação das leis que criaram e alteraram o conselho, com o argumento de que, na prática, o Conpresb apenas engessa a cidade. Na justificativa da proposta, o autor, deputado Leonardo Prudente (PMDB), afirma que o conselho “encontra dificuldades em se reunir e deliberar sobre os assuntos de sua competência”. Segundo Prudente, o conselho demorou, por exemplo, para regulamentar o Plano Diretor de Publicidade, aprovado em abril deste ano.

Na reunião de ontem da CCJ, os deputados Pedro Passos (PMDB), Carlos Xavier (PMDB) e Júnior Brunelli (PP) rejeitaram o parecer do deputado Chico Vigilante (PT), contrário à proposta. “Isso é um verdadeiro absurdo, só iria escancarar ainda mais as possibilidades de se mexer com terras no Distrito Federal”, criticou Vigilante, que vai recorrer da decisão da CCJ ao plenário. “O que mais precisamos agora é de ações de preservação da cidade. É inadmissível aprovarmos a extinção do conselho”, ponderou o distrital Chico Leite (sem partido).

Presidente da CCJ, Pedro Passos explicou que eles apenas discutiram a admissibilidade do projeto que, de acordo com a assessoria jurídica da comissão, pode sim ser aprovado pela Casa. “Não

Ronaldo de Oliveira 15.1.04



PROPAGANDAS NO EIXO MONUMENTAL: DEMORA NA APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE PUBLICIDADE MOTIVOU CRÍTICAS DOS DEPUTADOS AO CONSELHO

tenho opinião formada sobre o mérito da proposta, mas concordo que há um distanciamento entre os atos do conselho e a realidade de Brasília”, argumentou.

Incômodo

Surpresos com a movimentação na Câmara Legislativa, os integrantes do conselho consideram a proposta absurda. “Os deputados só fazem projetos inconstitucionais. E como nós colocamos o

dedo na ferida, mostrando os erros cometidos na Câmara, eles querem acabar com nosso trabalho”, avaliou o advogado e jornalista Carlos Pontes, integrante do Conpresb.

O conselho é formado por representantes dos conselhos comunitários do Plano Piloto, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), do Crea, do GDF, além de arquitetos e urbanistas. Faz reuniões mensais para discutir ações

e projetos sobre preservação. Segundo os conselheiros, o Plano Diretor de Publicidade demorou a ser regulamentado mais por causa dos problemas apresentados pelo projeto aprovado na Câmara do que por falta de empenho do Conpresb.

“Fizemos tudo em tempo hábil, mas foi preciso reestudar várias das normas previstas no plano, para assegurar que a preservação seria respeitada. Essa

proposta estúpida dos deputados apenas deixa claro que estamos incomodando”, rebateu Eliete Bastos, presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul. Eliete quer convidar Leonardo Prudente para participar da próxima reunião do conselho, marcada para quinta-feira. “Assim ele pode explicar as razões desse projeto”. O deputado distrital não retornou as ligações do Correio.